



## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

MPPR-0046.13.002014-5

### ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 18 de abril de 2013, às 19h, na Rua da Cidadania da Regional Boa Vista, localizada na Av. Paraná, 3600, no Bairro Boa Vista, em Curitiba-PR, tiveram início os trabalhos da audiência pública do Movimento Paraná Sem Corrupção, e sob a presidência da Promotora de Justiça, Dra. Swami Mougnot Bonfim, em exercício na Promotoria de Justiça das Comunidades. **PARTICIPANTES:** Assinalou-se a presença dos Promotores de Justiça palestrantes, da comunidade local e dos representantes de órgãos públicos e demais entidades conforme listas em anexo. Inicialmente, a Presidente destacou os assuntos a serem tratados, conforme a pauta anunciada em edital: a) Apresentação do MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO; b) PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA; c) SAÚDE PÚBLICA – DIREITOS FUNDAMENTAIS. Após a leitura da pauta, a Presidente esclareceu acerca do tempo disponível e forma de participação dos palestrantes, parceiros e comunidade, informando sobre a “Ficha de Participação” e passando a palavra ao primeiro palestrante Dr. Eduardo A.S. Cambi. Após as considerações iniciais, o Coordenador Estadual apresentou os objetivos do Movimento enfatizando o empenho do Ministério Público na conscientização social e reflexão acerca do tema “corrupção” e na disseminação da cultura da honestidade, bem como, a importância da participação da sociedade na erradicação desse mal. Ressaltou o papel do Ministério Público enquanto defensor da sociedade podendo atuar na esfera judicial e extrajudicial. O predito orador aproveitou a ocasião para alertar à população quanto ao significado da PEC 37 e o dano que a mesma trará

Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.13.002014-5 – Audiência Pública, em 18/04/2013



## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

MPPR-0046.13.002014-5

para a sociedade caso seja aprovada, solicitando aos presentes que se inscrevam e manifestem-se contrariamente através do endereço eletrônico do Ministério Público. Ilustrou sua fala com a apresentação de um vídeo “Não aceito corrupção”. Na sequência, observando a pauta, a Presidente passou a palavra ao segundo orador, o Promotor de Justiça e Coordenador da Campanha “Conte até 10”, Dr. Paulo S. M. de Lima, que destacou as condutas relevantes para a prevenção da violência. Ressaltou, também, a importância da assinatura dos cidadãos contra a PEC 37. Exemplificou casos de violência que foram ao Júri em razão da falta de tolerância no trânsito. Destacou que “se as pessoas respirassem e contassem até 10, muitos crimes não ocorreriam”, sendo importante a prática da tolerância. Ilustrou com dois vídeos protagonizados pelos lutadores Anderson Silva e Wanderlei Silva, voluntários apoiando a paz. O Promotor de Justiça Dr. Eduardo Cambi, pediu a palavra para destacar que toda fala e ação relativa à Campanha “Conte até 10” do Promotor de Justiça, Dr. Paulo, será levada às escolas, no intuito de fortalecer os Conselhos Comunitários de Segurança. Após essa exposição, a palavra foi disponibilizada à Promotora de Justiça Dra. Fernanda N. Garcez, a qual esclareceu os participantes do evento acerca da importância da comunidade manter contato com os Conselhos de Saúde, comunicando-os e questionando-os sobre os serviços prestados no âmbito da saúde pública, no sentido de propiciar uma melhoria contínua dentro dos parâmetros da legislação. Trouxe ao conhecimento da população direitos e deveres do cidadão relativos ao sistema de saúde pública, destacando diversos

**Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.13.002014-5 – Audiência Pública, em 18/04/2013**



## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

MPPR-0046.13.002014-5

pontos da Lei nº 14254/03, através de projeção em tela. Relatou situações que corriqueiramente chegam a Promotoria de Justiça, mas que, se levadas aos Conselheiros de Saúde, poderiam ser facilmente diligenciadas, em razão do papel e atuação dos referidos Conselhos de Saúde. Na oportunidade, esclareceu aos moradores algumas atribuições dos Conselhos de Saúde, os quais fazem parte da Secretaria de Saúde, e tem papel de fiscalizar contas, orçamento, propor diretrizes, destacando a importância desses e a participação da população para concretização e efetivo funcionamento dos mesmos. Informou, ainda, que o Conselho Distrital de Saúde da região do Boa Vista se reúne a cada 2 (dois) meses, na última terça-feira do mês. Lembrou que o ano de 2013 é especial, pois acontecerá a Conferência de Saúde, e que, nessa ocasião as pessoas devem participar e apresentar as questões, visto que nesse momento são analisadas as dificuldades e problemas na área para elaboração de um mapa da saúde. Finalizou sua exposição dizendo que quando o cidadão busca seus direitos e cumpre com seus deveres, reduz-se o espaço para corrupção. Em continuidade, a presidente abriu a palavra aos parceiros do Movimento para apresentação de suas propostas e ações no âmbito da região do Boa Vista. Primeiramente, manifestou-se o Sr. Aguinaldo Afonso Carneiro, Diretor da Escola Papa João Paulo I, agradecendo a presença do MP na comunidade local, informando que já foi promovida a discussão sobre a PEC 37 na referida escola, ressaltando a importância do papel do MP na sociedade. Expôs que uma das dificuldades encontradas nas proximidades da escola é relativa a um espaço público onde

**Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.13.002014-5 – Audiência Pública, em 18/04/2013**



## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

MPPR-0046.13.002014-5

várias pessoas ociosas permanecem durante todo o dia, sendo que entre esses, se concentram usuários de drogas, ocasionando grande preocupação ao diretor e professores; que acha importante que a população denuncie sempre que tiver conhecimento dessas situações, inclusive através do número 181; também mencionou a importância dos encontros dos Conselhos de Saúde com os moradores e que o espaço da escola pode ser utilizado para essas reuniões. Na sequência, a palavra foi dada à representante da Coordenadoria Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança, Sra. Michele Cabral, Coordenadora, a qual apresentou o investigador Roberto, representante da Polícia Civil dentro da Coordenadoria; Destacou a importância do contato frequente com a Promotoria de Justiça das Comunidades para estabelecimento de medidas para atuação dos CONSEG's; Que a Regional do Boa Vista abrange 13 bairros, nos quais 8 (oito) possuem Conselhos ativos, 3 (três) nunca se manifestaram para composição e, 2 (dois) foram criados mas são considerados inativos, visto que a Secretaria de Segurança Pública toma conhecimento das atividades em razão da remessa das Atas para a Coordenação; Que foi implantado no Estado um programa para gerenciamento dos CONSEG's (com histórico geral), bem como que um endereço eletrônico próprio da SESP foi criado para comunicação dos CONSEG's. Colocou-se a disposição como parceiro do Movimento, tendo em vista a relação existente com a Promotoria de Justiça das Comunidades, pois essa aproximação fortalece a atuação da Coordenadoria e, principalmente, dos Conselhos. Por fim, o representante do Conselho Distrital de Saúde, Sr. Adalberto Prado recebeu a

**Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.13.002014-5 – Audiência Pública, em 18/04/2013**



## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

MPPR-0046.13.002014-5

palavra informando que os conselheiros estão passando por um processo de qualificação, razão pela qual, somente poucos se fizeram presentes nesta data; Que no ano de 2012 os Conselhos de Saúde optaram por ter na pauta das reuniões a discussão das estruturas físicas das Unidades de Saúde, questões de medicamentos, consultas e exames especializados, e que, as datas das reuniões da região são fixadas nas Unidades de Saúde. Que há propostas de que o Conselho seja assessorado pela Secretaria de Saúde para que os Conselheiros conheçam melhor os mecanismos legais; Também destaca a importância do retorno da guarda municipal para as Unidades de Saúde, a fim de evitar situações de violência; Se colocou à disposição para melhorias, bem como que a parceria com o MP se faz necessária, exemplificando medidas que devem ser adotadas relativamente aos horários de atendimento pelos médicos nas Unidades de Saúde e Hospitais; Dando sequência, a Presidente deu início aos debates, relativos à participação da comunidade através das fichas previamente distribuídas, e que apresentaram suas sugestões às ações na região. Foram recebidas 19 (dezenove) fichas, as quais após análise de pertinência foram respondidas ou comentadas pelos Promotores de Justiça convidados. Inicialmente, acerca da importância de instalação dos CONSEG's, bem como de mais campanhas contra a violência; Em seguida, com a palavra a Dra. Fernanda, que respondendo aos questionamentos e sugestões, mencionou a existência de futuras ações no sentido de aproximar os Conselhos de Saúde e comunidade, bem como o desenvolvimento de um projeto piloto junto às escolas, a fim de levar o

**Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.13.002014-5 – Audiência Pública, em 18/04/2013**



## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

MPPR-0046.13.002014-5

conhecimento através dos alunos, pois esses são propagadores de informação e ações; Propôs a inserção na página da Secretaria de Saúde de um controle de registro de horário dos médicos. Abordou, também, a obrigatoriedade de disponibilização, pela referida Secretaria, de cartilhas explicativas nas Unidades de Saúde, a fim de levar maior conhecimento de direitos e deveres ao cidadão. Sobre a demanda relativa a agendamentos na área de ortopedia, informou a existência de procedimento instaurado na Promotoria de Justiça de Proteção à Saúde Pública para acompanhamento. Relativamente aos atendimentos prestados pelo SUS, destacou que as pessoas que tem maior acesso às informações acabam exigindo que seus direitos sejam de fato respeitados, razão pela qual há necessidade de maior divulgação sobre os direitos e deveres dos usuários, e que, as informações devam atingir todas as classes sociais. Mencionou que deve haver uma mudança de atitude e pensamento pelos usuários, pois muitos têm a visão de assistencialismo do SUS, não exigindo seus devidos direitos. A palavra foi dada ao morador do bairro Pilarzinho, Sr. Oscar Justino da Silva, o qual mencionou que procura constantemente atendimento no Ministério Público, em especial, da Promotoria de Defesa e Proteção das Pessoas Portadoras de Deficiência; trouxe um caso prático acerca dos agendamentos realizados pelas Unidades de Saúde, pois o cidadão precisa respeitar os horários estipulados, mas quando o usuário tem dificuldades de comparecimento, a informação que se tem é que “vai para o final da fila”; sendo que relativamente ao assunto, a Promotora de Justiça Dra. Fernanda já havia mencionado a existência

**Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.13.002014-5 – Audiência Pública, em 18/04/2013**



## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

MPPR-0046.13.002014-5

de procedimento na Promotoria de sua atuação. A seguir, a palavra foi repassada novamente ao Coordenador do Movimento que informou o número da Ouvidoria do MPPR, fone 127, fazendo as devidas considerações e fechamento das propostas apresentadas pelos participantes, estabelecendo-se que as sugestões serão avaliadas e que os Promotores irão se reunir com os representantes parceiros que se fizeram presentes para a definição das ações que serão implementadas na região do Boa Vista. Por fim, a presidente e coordenador finalizaram agradecendo a presença de todos. A presente audiência encerrou-se às 21h00min. Eu, Vanessa Milene de Santana \_\_\_\_\_, assessora jurídica lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.

Curitiba, 18 de abril de 2013

Swami Mougnot Bonfim  
**Promotora de Justiça - Presidente**

Eduardo Augusto Salomão Cambi  
**Promotor de Justiça – Coordenador do Movimento Paraná Sem Corrupção**

Fernanda Nagl Garcez  
**Promotora de Justiça – Promotoria de Proteção à Saúde Pública**

Paulo Sérgio Markowicz de Lima  
**Promotor de Justiça – Coordenador da Campanha “Conte até 10”**  
Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.13.002014-5 – Audiência Pública, em 18/04/2013